

**À EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL S.A. – PPSA**

**ATT. CONSULTORIA JURÍDICA - CONJUR**

**REFERÊNCIA: Credenciamento nº IL.PPSA.003/2023**

MIRZA E MALAN SOCIEDADE DE ADVOGADOS (Consórcio), vem requerer a reconsideração do resultado da habilitação que o considerou não habilitado no processo em epígrafe.

*2.3 - Mirza e Malan Sociedade de Advogados (Consórcio) pelos seguintes motivos: Não atendimento ao item “I) Experiência”, subitem “4”, estabelecido no capítulo “8 - REQUISITOS PARA A QUALIFICAÇÃO” do Anexo I – Termo de Referência do Edital, pois não foi apresentado ao menos um documento comprobatório da execução de serviços referentes à Área de Atuação 2 no seguinte subitem: “4) Experiência comprovada, por meio de 01 (um) ou mais Atestados ou Declarações (...) os serviços da Área de Atuação 2, na forma a seguir detalhada: (...) (iii) matérias ligadas ao regime jurídico dos servidores da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990)”;*

Cumpre destacar que a comprovação da capacidade técnica exigida estava no conjunto de documentos a ser enviado, porém erroneamente os atestados não foram anexados no lote enviado.

A comprovação da capacidade técnica exigida segue em anexo ao presente recurso.

Tendo em vista a habilitação prévia do escritório consórcio em epígrafe publicada em 17 de novembro de 2023 no DOU, e tendo sido concedida a dilação do prazo para apresentação de recursos com data final em 08 de janeiro de 2024 conforme e-mail

encaminhado por este órgão em 02 de janeiro de 2024 o recurso apresentado na presente data é tempestivo.

Diante do exposto solicitamos que seja reconsiderado a decisão para a habilitação do nosso escritório.

Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2024.

---

MIRZA E MALAN SOCIEDADE DE ADVOGADOS (Consórcio)